



ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 1160, de 28/05/2012.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 407, de 20 de junho de 2011, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação dos **Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativos ao **primeiro quadrimestre do exercício financeiro de 2012**, elaborados com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Publicado no DOE nº 19.343, de 30 de maio de 2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ¹ (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.231.290.364,38	-
Pessoal Ativo	4.586.486.565,13	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.612.590.744,47	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	32.213.054,78	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	1.166.171.230,43	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	18.609.843,60	-
Decorrentes de Decisão Judicial	38.115.620,31	-
Despesas de Exercícios Anteriores	50.700.240,42	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.058.745.526,10	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	6.065.119.133,95	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.065.119.133,95	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.213.867.210,86	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	42,67	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	6.964.794.933,32	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	6.616.555.186,66	

FONTE: Despesas Empenhadas e Liquidadas - Consulta Discoverer - Base Sub-balancete
 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

² Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF a Despesa Total com Pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação e auxílio moradia. Também não foram consideradas as despesas empenhadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra - Serviços Terceirizados.

Florianópolis, 25 de Maio de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

NELSON ANTÔNIO SERPA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 25.111/O-7

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2012

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	13.362.061.556,15	13.180.717.112,14	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	11.843.370.768,58	11.686.918.009,71	-	-
Interna	11.478.135.772,94	11.258.646.995,59	-	-
Externa	365.234.995,64	428.271.014,12	-	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	309.572.498,51	310.382.843,55	-	-
Demais Dívidas	1.209.118.289,06	1.183.416.258,88	-	-
DEDUÇÕES (II) ¹	7.063.740.228,14	7.843.656.615,09	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta ²	4.564.225.836,69	5.158.767.824,25	-	-
Demais Haveres Financeiros	2.545.804.827,74	2.685.323.627,12	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	46.290.436,29	434.836,28	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	6.298.321.328,01	5.337.060.497,05	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.791.475.371,47	14.213.867.210,86		
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	96,89	92,73		
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	45,67	37,55		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL				28.427.734.421,72

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	-	-	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Sociais	-	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	11.843.370.768,58	11.686.918.009,71	-	-
004 - Caixa Econômica Federal (PNAFE)	13.781.209,27	12.635.235,21		
009 - Banco do Brasil/IPESC - Lei 8.727	4.632.277,87	4.122.315,90		
010 - Banco do Brasil/COHAB - Lei 8.727	62.101.747,78	55.372.682,26		
011 - Banco do Brasil - Lei 8.727	178.341.684,40	153.166.665,80		
012 - Banco do Brasil - Lei 9.496 - Parcela "P"	3.488.753.565,40	3.472.572.579,74		
012 - Banco do Brasil - Lei 9.496 - Resíduo Parcela "P"	1.101.955.491,11	1.011.078.522,39		
012 - Banco do Brasil - Lei 9.496 - Abertura de Crédito	4.791.083.557,69	4.768.862.310,79		
012 - Banco do Brasil - Lei 9.496 - Resíduo Abertura de Crédito	604.488.477,84	554.637.026,53		
013 - Banco do Brasil/DMPL 97/01113-4	33.800.532,95	32.520.039,20		
016 - BNDES (CELESC - CRC) 080/PGFN/CAF	986.292.045,04	981.218.375,09		
018 - CODESC	1.869.765,27	-		
020 - BNDES (PMAE)	6.944.444,82	6.989.125,08		
021 - Banco do Brasil (PEF)	44.259.750,00	42.126.750,00		
022 - BNDES (PEF II)	61.054.184,44	70.375.371,88		
024 - BNDES (CASAN/PAC)	89.743.292,42	86.447.252,53		
025 - CELESC MÚTUO	9.033.746,64	4.316.228,99		
027 - BNDS - Sistema Transporte de Joinville	-	2.206.514,20		
055 - BID 770-SF 521/007	67.067,99	-		
056 - BID 719 521/00016	18.325.043,19	18.481.350,20		
071 - BID 1390-OC-BR-ROF: TA 232571	188.169.073,08	223.615.097,58		
072 - BIRD 4660-BR-ROF: TA 232598	65.195.860,88	59.402.520,00		
073 - BID 2171-OC-BR	69.135.133,04	76.267.108,09		
074 - BID - 2172-OC-BR-PROFISCO	2.813.700,00	2.837.700,00		
075 - CAF - PIR - I	21.107.062,46	32.182.544,88		
076 - BIRD 7952-BR-RURAL	422.055,00	15.484.693,37		

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	91.872.368,55	89.602.617,80	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	2.760.067.402,09	2.971.648.257,35	-	-
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2012

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	138.040.814.494,80	138.044.640.340,80	-	-
Passivo Atuarial ³	137.857.422.527,55	137.857.422.527,55	-	-
Demais Dívidas	183.391.967,25	187.217.813,25	-	-
Obrigações Legais e Tributárias	5.498.332,01	5.404.727,32	-	-
Precatórios a Pagar a Partir de 5.5.2000	177.893.635,24	181.813.085,93	-	-
DEDUÇÕES (V)	202.305.473,20	232.354.472,22	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.010.009,19	1.290.555,61	-	-
Investimentos	177.966.494,17	209.800.437,08	-	-
Demais Haveres Financeiros	21.407.517,37	21.263.479,53	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	78.547,53	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	1.543.772,75	995.718,59	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	137.838.509.021,60	137.812.285.868,58	-	-

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

² Disponibilidade de Caixa Bruta representa os valores depositados em Bancos, incluindo aplicações financeiras, mais os valores da arrecadação indireta (valores arrecadados em processamento pela rede bancária). No entanto, o saldo não representa recursos livres, pois sua composição engloba valores referentes à depósitos de terceiros (tais como cauções, fianças, e consignações) e recursos legalmente vinculados.

³ O Déficit Atuarial, calculado pela empresa ACTUARIAL - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda - ME, em fevereiro de 2011, representa o valor atual dos aportes mensais que os Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina farão ao longo do tempo para complementar a arrecadação do Fundo Financeiro e honrar com o pagamento dos benefícios dos servidores vinculados a este fundo, conforme estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Estadual nº 412, de 26 de junho de 2008, que dispõe sobre a organização do RPPS/SC.

⁴ Encontra-se contabilizado no sistema de compensação na conta 1.9.7.1.1 - Riscos Fiscais e Passivos Contingentes o valor de R\$ 7.827.113.960,61, sendo R\$ 3.024.985.995,04 decorrente de 239.855 títulos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina no exercício de 1996; R\$ 4.550.012.918,63 referente a setenças judiciais passivas em trâmite e R\$ 32.903.100,73 relativo à dívida com a Celesc.

Florianópolis, 25 de maio de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

NELSON ANTÔNIO SERPA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 25.111/O-7

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2012

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNA (I)	40.810.306,50	44.858.222,51	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	40.810.306,50	44.858.222,51	-	-
CASAN	40.810.306,50	44.858.222,51	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
INTERNA (II)	52.525.150,88	48.338.970,83	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	52.525.150,88	48.338.970,83	-	-
CASAN	52.525.150,88	48.338.970,83	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	93.335.457,38	93.197.193,34	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.791.475.371,47	14.213.867.210,86		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,68	0,66		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	3.034.124.581,72	3.127.050.786,39	-	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS ²	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

² As Operações de Créditos realizadas pela CASAN, na qual o Estado é o garantidor, foram contratadas em 1991 (BIRD) E 1996 (KFW). Por serem anteriores à edição da Lei nº 101/2000 e da Resolução do Senado nº 43/2001, não possuem contragarantias, pois não eram exigidas na época.

Florianópolis, 25 de maio de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

NELSON ANTÔNIO SERPA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 25.111/O-7

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2012

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até Quadrimestre de Referência
		(a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	35.925.209,35	35.925.209,35
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	35.925.209,35	35.925.209,35
Interna	10.000.000,00	10.000.000,00
Abertura de Crédito	10.000.000,00	10.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	25.925.209,35	25.925.209,35
Abertura de Crédito	25.925.209,35	25.925.209,35
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	-	-

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	14.213.867.210,86	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	35.925.209,35	0,25%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.274.218.753,74	16,0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	994.970.704,76	7,0%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	35.925.209,35	0,25%

FONTE: Balancete do Razão Analítico - Consolidado Geral

Florianópolis, 25 de maio de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

NELSON ANTÔNIO SERPA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 25.111/O-7

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREIRO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL DE 2012

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.065.119.133,95	42,67
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	6.964.794.933,32	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	6.616.555.186,66	46,55

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	5.337.060.497,05	37,55
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	28.427.734.421,72	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	93.197.193,34	0,66
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.127.050.786,39	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	35.925.209,35	0,25
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	2.274.218.753,74	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	994.970.704,76	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

FONTE: Anexos do Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre 2012

Florianópolis, 25 de Maio de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

NELSON ANTÔNIO SERPA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 25.111/O-7

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E
DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01